

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO
FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES COM ÊNFASE NA
DEFICIÊNCIA VISUAL**

Mariluce Groba Andres Ribeiro¹
Haydá Maria Marino de Sant'Anna Reis²

RESUMO

Este trabalho analisa a formação continuada de professores para o atendimento educacional de estudantes com deficiência visual, utilizando o método de revisão sistemática da literatura. A pesquisa tem como objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelos docentes e avaliar a eficácia das ações formativas disponíveis, fornecendo informações para diretores, coordenadores pedagógicos e professores envolvidos no processo de inclusão. A análise da literatura destaca a importância da formação continuada como estratégia essencial para preencher lacunas deixadas pela formação inicial, oferecendo subsídios teóricos e práticos que capacitam os profissionais da educação para atender adequadamente às necessidades específicas dos alunos com deficiência visual. Conclui-se que o investimento em programas de formação continuada é relevante para promover uma prática pedagógica mais inclusiva, fortalecendo a atuação docente no contexto da educação especial.

Palavras-chave: Deficiência visual. Cegueira. Formação Continuada de Professores.

42

**EDUCATION AND INCLUSION
CONTINUING TRAINING FOR TEACHERS WITH AN EMPHASIS
ON VISUAL IMPAIRMENT**

ABSTRACT

This paper analyzes the continuing education of teachers for the educational support of students with visual impairments, using the method of systematic literature review. The research aims to identify the main challenges faced by teachers and evaluate the effectiveness of the available training actions, providing information for principals, pedagogical coordinators and teachers involved in the inclusion process. The analysis of the literature highlights the importance of continuing education as an essential strategy

¹ Doutoranda do Curso Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio – AFYA UNIGRANRIO, marilucegrobaandres@gmail.com .

² Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/2006). Professora Titular no PPG em Ensino das Ciências e Saúde e PPG em Humanidades, Culturas e Artes e Professora de disciplinas Pedagógicas de Cursos de Graduação da Universidade do Grande Rio - AFYA UNIGRANRIO, haydea.reis@unigranrio.edu.br .

to fill gaps left by initial training, offering theoretical and practical support that enables education professionals to adequately meet the specific needs of students with visual impairments. It is concluded that investment in continuing education programs is relevant to promote a more inclusive pedagogical practice, strengthening teaching performance in the context of special education.

Keywords: Visual impairment. Blindness. Continuing Teacher Training.

Introdução

A trajetória profissional de muitos educadores é permeada pela busca contínua por novos conhecimentos e pela necessidade de adaptação às demandas do ambiente escolar. Este artigo tem como base uma pesquisa que se originou dessa dinâmica, direcionando-se para a compreensão e aprimoramento da formação continuada de docentes que trabalham com alunos com Deficiência Visual (DV), afinal “[...] através dos outros, nos tornamos nós mesmos” (Vygotsky, 1999, p.56).

Inspirada por uma jornada marcada por descobertas e realizações, a intenção de realizar a pesquisa surgiu a partir da experiência pessoal da autora como educadora em Nova Iguaçu - RJ. Desde os primeiros anos da carreira profissional, o interesse pela inclusão e a compreensão da relação entre teoria e prática no fazer pedagógico foram aspectos fundamentais. O contato direto com um aluno cego em 2010 instigou a necessidade e a importância de dar continuidade na formação acadêmica voltada para lidar com as especificidades dos estudantes com DV.

Ao longo dos anos, a autora participou de diferentes programas de formação em serviço, especializações e iniciativas educacionais, o que contribuiu para o seu desenvolvimento profissional e aprofundamento nas questões relacionadas à educação inclusiva. A partir dessa vivência, surgiu o interesse de aprofundar os conhecimentos em nível de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* que culminou com a pesquisa de mestrado - Educação e Inclusão: Formação Continuada dos Docentes com ênfase na Deficiência Visual no Município de Nova Iguaçu - RJ.

A pesquisa busca não apenas compreender o panorama atual da formação continuada, mas também avaliar sua eficácia na promoção da inclusão e no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais adequadas. Nesse contexto, são explorados conceitos fundamentais, como Deficiência Visual, formação continuada de

professores e a proposta de formação oferecida pela Casa do Professor, ligada à Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu.

A temática advém do desejo de colaborar com a educação de crianças e adolescentes em idade escolar no Brasil, para além das importantes e necessárias teorias pedagógicas, elencando nesse processo a relevância da inclusão e suas propostas de métodos educativos eficientes, e capazes de amparar discentes com DV. Cabe, nesse momento, apontar que a delimitação deste estudo se pauta na Deficiência Visual, considerando a visão um importante canal de relacionamento do indivíduo com o mundo exterior.

O portal do Ministério da Educação (MEC) explica sinteticamente a Deficiência Visual, definindo-a como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, variando entre baixa visão e cegueira, de acordo com o nível ou acuidade visual. Exposto isto, Camargo e Carvalho (2019) ressaltam ser de grande valia que o docente conheça muito bem as particularidades da DV do estudante, para que assim possa encontrar a melhor maneira de trabalhar, dado que há diferenças nos fatores que definem a acuidade visual de uma pessoa com baixa visão e de outra com cegueira, bem como nas situações econômica, social, cultural que cada pessoa vivencia e que podem influenciar no aprendizado e/ ou mesmo acesso a ele.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB) que regulamenta os termos da educação escolar no Brasil, publicada em 1996, fornece uma base para o desenvolvimento da educação formal. E em seu artigo 2º define que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8). O que se problematiza com a presente pesquisa é como isso é alcançado entre as crianças e adolescentes que experienciam a DV?

Em 2014, o Congresso Federal sancionou o Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece estratégias, projetos, programas e políticas públicas com metas e diretrizes mensuráveis, impactando diretamente a vida das pessoas. Essas disposições são passíveis de avaliação e quantificação, o que facilita o acompanhamento do progresso e da eficácia real das políticas educacionais em todo o país.

Conforme destacado pelo Ministério da Educação (MEC), a educação inclusiva, que é uma tendência global, requer não apenas ações pedagógicas, mas também

medidas sociais, culturais e políticas. Isso se deve ao fato de que uma das principais metas do PNE é combater a evasão escolar, assegurando a permanência e o acesso dos alunos com deficiência à educação. Portanto, é crucial questionar a efetivação da educação inclusiva e a preparação dos professores para essa missão, uma vez que, de acordo com Lima *et al.* (2006), o processo de aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, revelando características que promovem sua autonomia, qualidade de vida e autoestima.

A importância desse estudo reside na necessidade de preparar adequadamente os educadores para atender às demandas de uma educação inclusiva, garantindo o pleno desenvolvimento e aprendizado dos alunos com DV. A partir de uma abordagem metodológica que inclui revisão sistemática da literatura, esta pesquisa visa contribuir para o avanço do conhecimento e prática pedagógica na área da inclusão educacional.

Diante desse contexto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Como o Brasil vem oferecendo a formação continuada para professores que atuam com alunos com Deficiência Visual, e qual a eficácia dessa formação na promoção da inclusão educacional?

45

Metodologia

A pesquisa iniciou com a realização de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), seguindo pergunta norteadora clara e estratégia de busca rigorosa, incluindo critérios de inclusão e exclusão das produções e análise crítica dos artigos selecionados, conforme Mancini e Sampaio (2007). Foram selecionadas as bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Google Acadêmico*, utilizando palavras-chaves como: Formação Continuada; Educação; e Deficiência Visual, combinadas por operadores booleanos (*AND* e *OR*).

Os critérios de inclusão consideraram artigos em português, publicados nos últimos cinco anos, com foco na formação continuada no contexto educacional e acesso livre. Excluíram-se artigos que não tratavam especificamente de DV e com mais de cinco anos. Na BD TD, dos 17 resultados, apenas 02 atendiam aos critérios de inclusão, enquanto na *SciELO* nenhum artigo estava dentro do período de publicação requerido. No *Google Acadêmico*, 16.400 resultados foram encontrados, mas, após aplicar os

critérios de exclusão, restaram 08 artigos. No total, foram selecionados 10 artigos para a RSL.

Resultados

O papel da formação continuada para docentes no contexto da educação de crianças e adolescentes com deficiência visual é discutido neste artigo, destacando os desafios e limitações enfrentados. Pesquisas recentes evidenciam a ausência de instrução em educação especial na formação inicial de professores, resultando em uma lacuna na preparação para a educação inclusiva. Gomes (2021) destaca a predominância de uma abordagem conteudista na formação docente, o que dificulta a adoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Essa falta de preparo se reflete na dificuldade dos professores em adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência visual (Miranda, 2021). Além disso, há uma carência de materiais adaptados e uma crença errônea de que esses alunos são incapazes de participar das aulas de Educação Física (Andrade; Souza, 2022). A pesquisa de Lima et al. (2021) também destaca a escassez de literatura científica sobre os benefícios dos recursos disponíveis para esses estudantes.

46

A formação continuada é apontada como uma solução para suprir essas lacunas, fornecendo aos professores o conhecimento e as habilidades necessárias para promover uma educação inclusiva eficaz (Motta, 2020). No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a ampliação das ofertas de cursos de formação continuada pelo poder público e a necessidade de uma visão biopsicossocial dos indivíduos (Motta, 2020). A conscientização sobre a importância da inclusão e a adaptação das práticas pedagógicas são fundamentais para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.

A educação inclusiva para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotados está alinhada com o princípio estabelecido no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que preconiza a igualdade em dignidade e direitos para todos os seres humanos (ONU, 1948). No entanto, a mera legislação não é suficiente para efetivar a educação inclusiva; é essencial considerar os sujeitos envolvidos, especialmente o corpo docente.

Para garantir uma inclusão educacional de qualidade, é fundamental uma formação qualificada dos profissionais que lidam com a inclusão escolar (Cabral; Marin, 2017). Com o aumento do número de alunos com deficiência na rede comum de

ensino, os professores precisam revisar suas práticas por meio de capacitações e atualizações (Sanches; Siqueira, 2016).

Ao longo do tempo, houve esforços legais significativos para promover a educação especial, desde a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) até a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

O AEE, que complementa a formação dos estudantes visando à autonomia e independência, é realizado por profissionais habilitados e não substitui o atendimento em sala comum. O PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014 e prorrogado até 31 de dezembro de 2025, estabelece metas para a formação continuada de professores, reconhecendo a importância dessa capacitação para uma escola inclusiva (BRASIL, 2014).

A reflexão sobre a formação continuada dos professores é essencial para atender à diversidade em sala de aula e às necessidades específicas dos alunos. Investir na renovação de conhecimentos e na reflexão sobre práticas pedagógicas é crucial para garantir um ensino de qualidade (Nóvoa, 2013; Candau, 2007).

A implementação de metodologias ativas e dinâmicas, bem como a participação em atividades de formação continuada, contribui para que os professores compreendam a importância da reflexão sobre suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2001).

Diante da prática docente e da educação inclusiva, é importante destacar a significativa parcela da população que apresenta algum tipo de deficiência e a necessidade de preparar os professores para atender a essa diversidade (IBGE, 2012).

A inclusão educacional dos estudantes com deficiência ainda é um processo em construção, conforme apontado por Conceição, Santos, Santos (2022), Andrade, Souza (2022), Lima *et al.* (2021), Delcarro (2021), Miranda (2021), Motta (2020), Sousa, Sousa (2020), Lima, Medeiros Neta (2020), Turci (2019) e Gomes (2019).

Resultados de pesquisas, como a de Delcarro (2021) e Lima *et al.* (2021), ressaltam a necessidade de uma formação continuada qualificada, que ressignifique práticas pedagógicas e inclua o planejamento de aulas. A lentidão na implementação da inclusão, apontada por Delcarro (2021), é atribuída à falta de comprometimento, materiais e estrutura física adequada.

A formação continuada também aborda temas como currículo diferenciado do AEE, tecnologias assistivas, e práticas educativas específicas, como Orientação e Mobilidade (OM) e Práticas Educativas de Vida Independente (PEVI), como observado por Motta (2020). A pesquisa de Lima *et al.* (2021) destaca o diálogo entre teoria e prática na formação, enquanto Santos e Santos (2022) realçam a contribuição da formação para professores de Química na compreensão das necessidades dos alunos com DV.

Apesar dos avanços, ainda persistem lacunas, como a falta de acessibilidade a materiais e recursos, apontada por Lima *et al.* (2021), e a necessidade de ampliar pesquisas na área de Educação Física, conforme mencionado por Miranda (2021). No entanto, a formação continuada permite aos professores maior segurança e capacidade de adaptação, como destacado por Lima, Medeiros Neta (2020).

Considerações Finais

A análise dos estudos apresentados revela que a formação continuada exerce um papel crucial na efetivação da educação inclusiva para estudantes com deficiência visual. Os resultados evidenciam que a formação inicial dos professores ainda apresenta falhas significativas no que se refere à preparação para lidar com a diversidade em sala de aula, sobretudo no contexto da deficiência visual. A predominância de uma abordagem conteudista, a carência de materiais adaptados e a persistência de crenças equivocadas sobre a participação de alunos com deficiência visual, especialmente nas aulas de Educação Física, refletem um cenário de exclusão ainda presente nas escolas.

Frente a esses desafios, a formação continuada se mostra como uma estratégia essencial para preencher as lacunas formativas dos docentes, promovendo o desenvolvimento de competências que viabilizam práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas. As pesquisas analisadas indicam que, quando bem estruturada, a formação continuada favorece a reflexão crítica sobre a prática docente, proporciona o domínio de recursos como as tecnologias assistivas e práticas específicas, como Orientação e Mobilidade (OM) e Práticas Educativas de Vida Independente (PEVI), e contribui para a valorização de uma abordagem biopsicossocial do estudante.

Contudo, a implementação de políticas de formação continuada enfrenta entraves, como a escassez de oferta por parte do poder público, a deficiência na infraestrutura

escolar e a ausência de materiais acessíveis. Tais limitações comprometem o alcance de uma inclusão escolar plena e de qualidade. Dessa forma, reforça-se a urgência de ampliar e qualificar as iniciativas de formação continuada, promovendo o diálogo entre teoria e prática e incentivando a participação ativa dos professores em processos formativos contínuos.

Conclui-se, portanto, que a formação continuada não deve ser vista como um complemento eventual, mas como um processo permanente e necessário à valorização do magistério e à garantia dos direitos educacionais dos estudantes com deficiência visual. Ela se configura como uma ferramenta estratégica para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, equitativa e democrática.

Referências

ANDRADE, D. L.; SOUZA, M. F. N. O processo de ensino aprendizagem dos deficientes visuais em duas escolas públicas do ensino fundamental, na zona urbana do município de Benjamin Constant/AM. *Anuário do Instituto de Natureza e Cultura-ANINC*, v.05, n. 01, ano de 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/ANINC/article/view/10840/7958>. Acesso em abr. de 2024.

49

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Câmara de Educação Básica. *Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEEEPS, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em abr. de 2024.

BRASIL. Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024. *Ministério da Educação*, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em abr. de 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Diário Oficial da União, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em abr. de 2024.

BRASIL. LDB: *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 33, 2017.

Revista Eletrônica do
INSTITUTO DE HUMANIDADES

ISSN 1678-3182

CAMARGO, F.P. de; CARVALHO, C.P. de. O direito à educação de alunos com deficiência: a gestão da política de educação inclusiva em escolas municipais segundo os agentes implementadores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 617-634, 2019.

CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, A. M. de M. R. MIZUKAMI, M. da G. N. Formação de professores: tendências atuais. São Carlos, *EdUFSCar*, 2007, p. 139-152.

CONCEIÇÃO, L. F.; SANTOS, G. L. G. SANTOS, F. R. Formação continuada de professores de Química: estratégias para o planejamento de uma aula inclusiva para alunos com baixa visão. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*. v. 3, n. 7, p. 1-26, jan./mar. 2022. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/ree> Acesso em abr. de 2024.

DELLCARRO, J. C. S. *Formação continuada de profissionais da educação básica em educação inclusiva: possibilidades do ensino de Ciências para estudantes com deficiência visual*. 148 f. Dissertação (Mestrado e Educação em Ciências e Matemática) Centro de Referência em Formação e em Educação do Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021. Disponível em: file:///D:/DriveOF/Freelas/Mariluce%20Disserta%C3%A7%C3%A3o/RSL%20capa%20p3/MECM_DISERTACAO_JESSICA_CRISTINA_SILVA_DELCARRO.pdf Acesso em abr. de 2024.

GOMES, A. C. V. *O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a pessoa com deficiência intelectual*. 2021. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_10_milanez.pdf Acesso em abr. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LIMA, E. L. M.; MEDEIROS NETA, O. M. Inclusão de pessoas com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: formação docente e práticas pedagógicas. *Revista Humanidades e Inovação*, v.7, n.11, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/profo/Downloads/3274-Texto%20do%20artigo-10879-1-10-20200707-1.pdf> Acesso em abr. de 2024.

LIMA, M G S.; OLIVEIRA, I. R. S.; PEREIRA, C. A. S. RODRIGUES, D. C. A. Objetos táteis: possibilidades de políticas públicas inclusivas para deficientes visuais. *XI Congresso Português de Sociologia Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e populismos num mundo efervescente*. Lisboa, 29 a 31 de março de 2021.

LIMA, R. F. De; MELLO, R. de J. L. De; MASSONI, I.; CIASCA, S. M. Dificuldades de aprendizagem: queixas escolares e diagnósticos em um Serviço de Neurologia Infantil. *Revista Neurociência*, v. 14, n. 4, p. 185-190, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8741> Acesso em abr. de 2024.

MIRANDA, T. V. Educação Física e deficiência visual: desafios e alternativas. Cenas Educacionais, *Revistas Uneb*, v.4, n.e11152, p.1-12, Caetité - Bahia - Brasil, 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11152>. Acesso em abr. de 2024.

MOTTA, B. V. *Formação continuada no centro de apoio pedagógico para o atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP): uma contribuição essencial para o atendimento de alunos com deficiência visual*. 92f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia. Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Manaus, 2020.

NÓVOA, António. Nada substitui um bom professor: proposta para a revolução no campo da formação de professores. In: GATTI, Bernardete Angelina. *Por uma política nacional de formação de professores*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, pp. 199-210.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. *Universal Declaration of Human Rights*. Nova York, EUA: United Nations, 1948.

SANCHES, I. R.; SIQUEIRA, L. P. C. A inclusão escolar e o transtorno do espectro do autismo. *Comunicações*, Piracicaba, v. 23, n. 3, p. 167-183, 2016

SOUSA, L. R. M.; SOUSA, C. E. B. Práticas docentes no ensino de ciências e biologia para alunos com deficiência visual: uma análise à luz da perspectiva inclusiva. *Revista Educação, Arte e Inclusão*, v. 16, n. 3, jul./ set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/15530> Acesso em abr. de 2024.

TURCI, P. C. *Formação continuada de professores: tecnologia assistiva para a escola inclusiva de alunos com deficiência visual*. 197f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12054>. Acesso em abr. de 2024.

VYGOTSKY, L. S. El niño ciego. In: _____. *Obras escogidas V: fundamentos de defectología*. Madrid: Visor, 1997.